

Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial

Resumo: Neste artigo, o leitor é convidado a palmilhar, mais uma vez, pelos caminhos e os percalços narrativos sobre o mais conhecido dos mocambos de escravos do Brasil, o Quilombo dos Palmares. A partir dos relatos coetâneos — cartas, relatos de viagem e documentos administrativos — o caráter exemplar da destruição do ajuntamento de escravos será apresentado, ressaltando as vicissitudes e nuances mais marcantes nas diversas notícias registradas sobre o mocambo. Complementarmente, cotejar-se-á algumas das tendências e leituras historiográficas sobre o longo ajuntamento de escravos, o que permitirá apresentar, em linhas gerais, leituras plurais sobre Palmares.

Palavras-chave: mocambos, quilombos, Palmares, Brasil colonial, rebeliões de escravos.

Volver a Palmares: historias de un “mocambo” del Brasil colonial

Resumen: En este artículo, se invita al lector a caminar, una vez más, por los caminos y las narrativas sobre el más conocido “mocambo” de esclavos en Brasil, Palmares. A partir de los informes de la época —cartas, relatos de viajes y documentos administrativos— se presentará el carácter ejemplar de la destrucción de la reunión de esclavos, destacando los eventos y los matices más sorprendentes en varias noticias acerca de los *mocambos*. Además, se recopilarán algunas de las tendencias y las lecturas historiográficas sobre esta longeva reunión de esclavos, lo cual permitirá que se presenten, en general, las lecturas plurales de Palmares.

Palabras clave: mocambos, quilombos, Palmares, Brasil colonial, rebelión de esclavos.

Revisiting Palmares: stories of a “mocambo” in colonial Brazil

Abstract: In this article the reader is invited to revisit the multiple narratives on Palmares, the best known Brazilian colonial “mocambo”. Based on various accounts - letters, travel journals and administrative documents — the article shows the exemplar character of the destruction of these slave gathering, highlighting the most striking nuances in the various reports on the mocambo. The article also presents the mayor historiographical debates on these slave gatherings, illustrating the plural readings on Palmares.

Keywords: mocambos, quilombos, Palmares, colonial Brazil, slave rebellion.

Cómo citar este artículo: Ana Carolina Viotti, “Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial”, *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 10 [2017]: 78-99.

DOI: [dx.doi.org/10.17533/udea.trahs.n10a05](https://doi.org/10.17533/udea.trahs.n10a05)

Fecha de recepción: 11 de noviembre de 2016

Fecha de aprobación: 23 de marzo de de 2017



Ana Carolina Viotti: Doctora en Historia por la Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Franca (Brasil). Historiógrafa del Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica (CEDAPH) de la misma institución.

Correo electrónico: carolviotti@gmail.com

Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial

Ana Carolina Viotti

Considerações iniciais

A Serra da Barriga está entre os locais mais visitados para se pensar e contar a história dos grupamentos de “escravos fugidos”, os chamados quilombos.¹ Ali formou-se e manteve-se o mais longevo dos mocambos do período colonial, Palmares, cuja formação foi tomada, ao longo dos séculos, como caso e como exemplo das comunidades de negros fugitivos. Dali saíram histórias sobre insurgências, insubordinação, guerra, resistência, rebelião, heroísmo: todos esses adjetivos, em momentos e sob perspectivas distintos, serão vinculados à trajetória do quilombo, de suas gentes e dos que investiram contra ele. Este texto tem como principal objetivo apresentar algumas das leituras, elaboradas em momentos diferentes, sobre esse conhecido ajuntamento.

A partir de documentos coetâneos à formação do quilombo — sobretudo da correspondência trocada entre governança local e metropolitana e dos relatórios holandeses —, além do cotejamento de algumas obras da produção historiográfica contemporâneas sobre essa temática, o intuito é tratar das justificações e construções tecidas nesses textos. Vale ressaltar, de saída, que a eleição da documentação de época como mais “verdadeira” que a historiográfica, por ser contemporânea aos fatos, ou da historiográfica, que, por ser distante, seria, hipoteticamente, mais “isenta” ou “neutra”, não é partilhada nessa opção. Antes, intui-se indicar as leituras que foram possíveis a cada um desses conjuntos, as condições de produção desses discursos tão plurais, historicizando-as.

1. Flávio dos Santos Gomes resalta que o vocábulo “mocambo” é o utilizado pelos coetâneos às notícias sobre Palmares. O termo “quilombo” terá lugar apenas em 1687, nas “Condições ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velho para conquistar e destruir os negros de Palmares”. Ele aponta, também, a constatação de Stuart Schwartz de que o termo “quilombo” seria mais recorrente na documentação sobre as Minas Gerais no século XVIII, e “mocambo”, por sua vez, familiar aos fugitivos da Bahia nos séculos XVII e XVIII. Sua assertiva de que Palmares merece ser revisitado, não para procurar fatos heróicos ou uma “história verdadeira”, vai ao encontro da proposta deste texto. Ver em: Flávio dos Santos Gomes, *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico sul* (São Paulo: Contexto, 2014).

Em relação, então, aos documentos, talvez pela dificuldade da leitura de manuscritos, entre tantos garranchos e borrões, e da distância física de importantes fundos, abreviada pelo Projeto Resgate (Projeto Resgate Barão do Rio Branco), parte substantiva das cartas trocadas entre Pernambuco, Alagoas, Bahia e Lisboa — como uma grande parte das correspondências enviadas e despachadas pelo então Conselho Ultramarino — não são sistematicamente utilizadas como fonte de pesquisa pela historiografia. Ali, muito do que se tratou acerca das investidas sobre esse e outros quilombos ainda está por ser lido. Há de se ter em conta os esforços da Biblioteca Nacional, com a edição da coleção *Documentos Históricos*, que desde 1928 deu à prensa 112 volumes de documentação editada, como alvarás, correspondência de governadores, doações, livros administrativos, leis, mandatos, ordens régias, provimentos seculares e eclesiásticos, regimentos etc., quase todos referentes aos séculos XVI a XVIII. Nos volumes LXXXVIII a C, estão, aliás, transcritas as consultas ao Conselho Ultramarino referentes à Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e capitânicas do Norte, do período de 1643, quando foi criado, a 1746.

Alguns historiadores procuraram, a exemplo de Ernesto Ennes, no seu *A guerra dos Palmares*, de 1938, e Flávio dos Santos Gomes, em iniciativa mais recente, de 2010, com *Mocambos de Palmares*, dar a conhecer uma significativa coleção de documentos, transcritos e editados, a respeito da empresa contra Palmares. Ainda assim, muitas cartas se mantêm manuscritas e, perseguindo os rastros por elas deixado, um interessante quadro das tensões com os *palmaristas* — como a eles se referem as fontes portuguesas — é apresentado e complementa ou questiona — e, é verdade, muitas vezes tenta “corrigir” — informações outrora disseminadas. Observemo-las mais de perto.

1. Uma síntese conhecida

Há uma narrativa bastante replicada: desde o alvorecer do século XVII, na então capitania de Pernambuco, mais precisamente na Serra da Barriga, iniciou-se o estabelecimento de grupos de escravos fugidos, grupos esses que passaram a ser maiores durante o domínio holandês na região Nordeste do Brasil. Batavos, portugueses e colonos incursionaram contra os *palmaristas* — como eram então chamados — sem sucesso, até que, em 1678, um acordo de trégua e paz teria sido firmado com Ganga Zumba, líder dos aquilombados. Era grande a desaprovação de diversos deles com os termos do trato; muitos resolveram, sob outra liderança, a de Zumbi, permanecer nos Palmares. Houve conflito entre eles próprios, culminando na morte de Ganga Zumba. Com novo fôlego, os quilombolas combateram as investidas viabilizadas pela administração colonial até 1694, quando o paulista Domingos Jorge Velho lidera, por fim, um cerco vitorioso. Zumbi, que em uma primeira notícia teria se suicidado para não voltar ao cativeiro, fora na verdade capturado no ano seguinte, a 20 de novembro de 1695; e teve sua cabeça cortada, salgada e exposta em praça pública.

Este *um* parágrafo tenta sintetizar e dar *um* sentido ao vai-e-vem de informações de quase uma centena de anos. Repetido de maneira quase que uníssona em muitos livros, esse excerto guarda uma trama bastante complexa, cujos fios nos são fornecidos por letrados da colônia e por letrados holandeses, além de diversas personagens da administração colonial. Essa trama, porém, pode ser tecida e incrementada com outros e diferentes pontos, que têm cores destoantes, origens diferentes, configurações incomuns. Alinhavemos, mais uma vez, os fios dessa narrativa com mais vagar.

2. Relatos batavos

As primeiras notícias sobre esse tão notório ajuntamento de “pretos fujões” colonial não apareceram pela pena dos religiosos,² ao contrário de tantos outros temas relativos aos escravos da terra³ e dos escravos vindos de África.⁴ Elas estão diluídas em cartas de leigos, a exemplo daquela escrita por Manoel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco, em 29 de junho de 1603, em que relata, entre outras matérias, a ordem de “uma entrada pelo sertão dentro dos Palmares, onde estava cópia de negros alevantados de que os moradores desta capitania recebiam dano e opressão pelos muitos roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam”.⁵ Depreende-se que, além do problema da fuga propriamente, ou seja, da perda do que então se entendia como propriedade, as práticas danosas à população circunvizinha preocupavam o capitão. E, some-se a isso, o copioso número de rebelados. Até a década de 1630, que por largo período foi considerada o início daquele ajuntamento,⁶ poucas e esparsas são as informações sobre a reunião de escravos. É certo que as fugas aconteciam — como se viu em outras plagas da porção lusa nas Américas, a formação de quilombos não fora exclusiva de Pernambuco — mas, talvez, em uma escala menos suntuosa do que se verá adiante.

Os flamengos que dominaram aquelas paragens por vinte e quatro anos (1630–1654) também tiveram de facear a questão de Palmares, e são os que começam a

2. Ronaldo Vainfas, “Deus contra Palmares: Representações senhoriais e idéias jesuíticas”, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (São Paulo: Companhia das Letras 1996) 71.
3. A correspondência dos irmãos inacianos foi a grande fonte de informações sobre os indígenas, muitas vezes referidos como “escravos da terra”, no primeiro século de existência de um “Brasil”.
4. Das tão significativas obras sobre os escravos negros no período colonial, são dignas de nota: Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (São Paulo: Grijalbo, 1977); André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* (Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950); Manoel Ribeiro Rocha, *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado, discurso teológico-jurídico: sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758* (Petrópolis / São Paulo: Vozes / CEHILA, 1992).
5. Pedro Paulino da Fonseca, “Correspondência de Diogo Botelho”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 73.1 (1910): 37.
6. Raimundo Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932) 79.

apresentar detalhes sobre o quilombo e sua dinâmica de forma mais sistemática. As disputas pelo controle de Pernambuco teriam tornado o terreno fértil, aliás, para a fuga de escravos das propriedades essencialmente açucareiras.⁷ Os *bochnegers*, como se referiam aos “negros da mata”, eram “fortes e atrevidos”, chegando a atacar “a residência dos moradores, feriam, deitavam fogo às casas e levavam os escravos”.⁸

Sem nos atermos às querelas entre lusos, naturais da terra e neerlandeses, ou, tampouco, às táticas da Companhia das Índias Ocidentais para a manutenção de sua soberania nos trópicos, é interessante destacar uma cifra que tange a uma das estratégias de contenção das fugas, ou melhor, da tentativa de emenda dos fugitivos: a captura. Para termos uma ideia do quão dispendioso era recompensar os que apanhavam os escravos fugazes, praticava-se o valor de 15 florins por cabeça reconduzida, quando o soldo do secretário do Conselho Político era de 45 florins.⁹ Vê-se, portanto, não somente a despesa necessária para lidar com aqueles que se tornavam aquilombados, mas sobretudo que a administração estava disposta a arcar com tais gastos, individuais, e também das empresas maiores: a questão era, para o governo batavo e, também, para o luso, urgente e preocupante.

A expedição do capitão João Blaer, capelão de tropa no Brasil desde 1629, é que nos fornece um olhar testemunhal sobre aquele ajuntamento — ou, como veremos em seu relato, ajuntamentos —, registrado em seu diário de viagem aos Palmares no ano de 1645.¹⁰ Detalhando a empreita dia a dia, os holandeses, que partem em jornada a vinte e seis de fevereiro daquele ano, nos contam as precauções tomadas pelo bando ao avançar pela mata, examinando se “não havia nas imediações pegadas de negros”.¹¹ Muitas milhas e cerca de vinte dias depois, o grupo, que já havia encontrado vestígios de armadilhas pelo caminho, chega ao que ele nomeia “Velho Palmares”. Acreditava “que os negros haviam deixado [aquele lugar] desde três anos” em razão dos muitos males ali disseminados. O sítio era grande e organizado: “tinha meia milha de comprido e duas portas; a rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas; um pátio onde tinha estado a casa do seu rei era presentemente grande um largo no qual o rei fazia exercício com sua gente”.¹² Cercado por roças, esse Palmares distava meia milha

7. José Antonio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil* (Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretária de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978) 177.

8. Evaldo Cabral de Mello, *Nassau. Governador do Brasil Holandês* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006) 178.

9. Rómulo Palmares Nascimento, “Em fontes holandesas: sobre os bochnegers entre a guerrilha e a ordem”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 41.

10. Nina Rodrigues afirma que o capitão Blaer caíra doente logo nos primeiros dias de jornada e o comando do bando passara ao tenente Jurgens Reijimbach. Ver Rodrigues 81.

11. “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 167.

12. “Diário da viagem” 169.

de um outro, incendiado em parte por holandeses e indígenas,¹³ espantando os fugitivos. Seguiram.

Encontraram outros “mocambos dos negros”, até que, aos vinte dias do mês de março, alcançaram a porta daquele que acreditavam ser o “Novo Palmares”. Houve conflito com os poucos escravos encontrados, com a morte de alguns “brasilienses” da tropa e outros tantos cativos. Era aquele local igualmente largo, com duzentas e vinte casas; ao centro, “uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho”. O narrador ajuizava que o rei dos mocambos levava a comunidade a pulso firme e severa justiça, de modo que os que fugiam eram recapturados e mortos e os que tentavam praticar feitiços eram impedidos e punidos. Homicídios, adultério e roubos eram igualmente punidos de forma exemplar, geralmente com penas capitais. A casa desse rei havia sido removida para um morro, e, ao galgá-lo, tiveram a certeza de que todos fugiram ao saber do avanço do grupo batavo.

A esta altura do relato, encontramos mais detalhes sobre o cotidiano ali partilhado. Vestiam-se com roupas feitas de “entrecasca de árvores e pouca chita”, faziam seus artefatos cotidianos (balaios, potes); eram agricultores, cultivavam “roças grandes, na maior parte de milho novo”, além de consumidores de uma quantidade expressiva de azeite de palmeira, “que os negros usavam em sua comida”. Dessa árvore, inclusive, extraíam outros produtos: além do seu coco — a polpa crua, o vinho, o óleo e manteiga que dele faziam —, palmito e mesmo os vermes ali encruados para a alimentação, valiam-se de troncos e folhas como materiais para construir suas casas, incluindo as camas dessas casas, abanadores para o fogo, e cachimbos com as cascas dos cocos, para citarmos alguns usos.

Por serem tão úteis aos negros, as palmeiras foram sendo queimadas o quanto possível por aqueles que estavam em seu encalço, conforme narra o diário da expedição de Blaer. Seguindo viagem por muitas milhas mais, inquirindo e aprisionando um ou outro negro encontrado pelo caminho, a jornada do bando foi considerada bem-sucedida. Em primeiro de abril seguinte, registrou-se naquele jornal o retorno ao acampamento de partida, com a certeza de haverem colocado fim no refúgio dos escravos levantados. Como se sabe, entretanto, as conclusões sobre a derrocada definitiva dos Palmares foram demasiado precipitadas.

Também na *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647), dada à prensa por Gaspar Barléu sob os auspícios e demanda de Maurício de Nassau, consta, entre os muitos louros ao período nassoviano, um pouco sobre os enfrentamentos com os escravos fugidos.¹⁴ Ele apresenta Palmares como refúgio de um “aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem as

13. Provavelmente em referência às incursões de Rudolf Bareo, em 1643.

14. Barléu, sem nunca ter estado no Brasil, produziu um relato bastante detalhado sobre o período de ocupação holandesa no nordeste. Valendo-se das impressões das obras e anotações do médico e naturalista Guilherme Piso (1611-1678), do cartógrafo e astrônomo George Marcgraf e dos pintores Albert Eckhout (1610-1666) e de Frans Post (1612-1680), deu à prensa o citado livro, que virá a ser traduzido para o português apenas em 1940.

lavouras”.¹⁵ Corrobora ele com a assertiva de que havia dois Palmares, “um grande e um pequeno”, escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. O batavo, do mesmo modo que no diário de seu conterrâneo já abordado, indica a localização do quilombo, a disposição das casas, a forma como eram construídas e detalha alguns dos costumes que por lá se constatarem usuais: o cultivo de “hortas e palmares”, mas não de animais domésticos; além de uma dinâmica de imitação da “religião dos portugueses, assim como o seu modo de governar”.¹⁶

A veracidade dos dados que apresenta é assegurada por uma testemunha ocular: reproduz os detalhes fornecidos por “certo Bartolomeu Lintz”, que “vivera entre eles para que, depois de ficar-lhes conhecendo os lugares e o modo de vida, atraísse os antigos companheiros e servisse de chefe da presente expedição”.¹⁷ Referindo-se a janeiro de 1644, pouco depois da “lastimosa partida do Conde de Nassau” ao Velho Mundo, Barleus registra aquela que seria a incursão vitoriosa dos neerlandeses sobre o quilombo, “obtendo agora algum efeito, arruinou os Palmares grandes, onde salteadores, que compravam o ócio com latrocínios e roubos, tinham o seu valhacouto e refúgio”.¹⁸

Suas descrições daqueles confins constaram no ano seguinte, da conhecida *Historia Naturalis Brasiliae*, de Guilherme Piso e George Macgrave, e depois, em 1682, da *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, do também holandês Johan Nieuhof.¹⁹ É importante não perder de vista, em todos esses casos, que a descrição de Palmares se faz necessária para corroborar a narrativa da grandiosidade de Nassau e seus compatriotas:²⁰ tratava-se de um ajuntamento de fugitivos organizado, em uma região com alimento e água em abundância, lideranças bem definidas, mas que não era páreo para as forças batavas. Prova é a insistente afirmação de que o “grande” ou “novo” Palmares teria sucumbido às entradas de meados dos anos 1640.

15. Gaspar Barléu, *O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wésel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange* (Brasília: Edições do Senado Federal, 2005) 253.

16. Barléu 253.

17. Barléu 253.

18. Barléu 304.

19. Guilheme Piso e George Macgrave, *Historia Naturalis Brasiliae* (Lugdun[um] Batavorum et Amstelodami, apud Franciscum Hackium, apud Lud[ovicum] Elzevirium, 1648); Johan Nieuhof, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981).

20. José Honório Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* (Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949).

3. Notícias do Brasil

Depois dos cercos “vitoriosos” dos holandeses, no entanto, outras vinte e cinco investidas contra Palmares foram levadas a cabo. Da expulsão dos batavos à derrocada definitiva do mocambo, um amplo leque de situações foi narrado nas missivas oficiais. Em uma carta de março de 1663, por exemplo, os oficiais da Câmara de Pernambuco se dirigem ao rei, então D. Afonso VI, para, entre uma série de assuntos, tratar da “aquietação dos negros dos Palmares”, num indicativo de que a situação de conflito estava controlada. Quase dez anos depois, em junho de 1671, contudo, o príncipe regente, já D. Pedro, é comunicado pelo governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, “sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros”. A mobilização militar contra Palmares volta a ter destaque, sucedida de outras cartas, naquele mesmo mês, em que Coutinho clamava a Deus ajudar-lhe para que conseguisse “deixar esta capitania livre desta perturbação”.²¹ O Conselho Ultramarino responde, “vendo que crescia o atrevimento dos rebeldes”,²² com a emissão de um parecer, autorizando o envio de seiscentos homens para a “guerra dos Palmares” e legando instruções para a formação de um arraial, disposição de mantimentos e guarnições etc.

O volume de missivas cresce. Partindo de Pernambuco, é mais de uma centena de documentos, apenas para termos uma ideia. Relações, pareceres e mesmo decretos são emitidos para dar suporte às incursões, autorizar o pagamento de soldos, a distribuição de patentes e terras. Empossado do governo da capitania em 1674, Pedro de Almeida volta seus esforços para minar o quilombo ao custo que fosse. Naquele mesmo ano, o escrívão da Câmara, capitão Pero Bezerra, dá a conhecer a organização de um bando por ordens do governador, “vendo os moradores destas capitanias principalmente os do Porto Calvo e Alagoas oprimidos com a insolência dos negros levantados dos Palmares de quem recebem roubos e desacatos contínuos”.²³ O Conselho Ultramarino é acionado para tratar dos ônus das entradas, emite alguns pareceres e reconhece, sistematicamente, a necessidade de pôr termo àquela situação. O mesmo Pero Bezerra, dois anos depois, em fevereiro de 1676, põe em papel e tinta as “Condições preliminares à entrada do capitão Fernão Carrilho aos Palmares”, entrada essa que ocorreria em agosto próximo: a Câmara de Pernambuco se uniria às vilas da Lagoa do Sul e do Penedo do Rio de São

21. Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares (Subsídios para a sua história)*, vol. 1 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938) 134.

22. “Parecer do Conselho Ultramarino sobre Palmares [1673]”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 196.

23. “Bando do governador Pedro de Almeida, anunciando que preparava tropas para uma entrada aos Palmares”, Edison Carneiro, *O quilombo dos Palmares* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958) 234.

Francisco para ratearem os gastos da empreita, com uma tropa de “duzentos arcos e cem armas de fogo”.²⁴ Mais de uma entrada, porém, foi direcionada ao quilombo.

Dois documentos anônimos — a “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida” e a “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em Junho de 1678” —, provavelmente coetâneos aos avanços sobre os negros levantados, trazem significativas informações sobre os passos dados por aquele governador.²⁵ Do uso das palmeiras como fonte de alimento, moradia e vestuário — como disseram anteriormente os holandeses — à quantidade de almas desses “grandemente trabalhadores”²⁶ habitantes, os dois relatórios narram as investidas de Fernão Carrilho (1677), “a quem fama tinha feito conhecido nesta capitania de Pernambuco pelos sucessos felizes que no sertão da Bahia tinha conseguido”,²⁷ e quem acreditava ter desmantelado definitivamente o ajuntamento. O autor da “Relação das guerras” estava seguro de que narrava a “ruína em que vieram cair os Palmares tão temidos [...] e tão poderosos”, e que a “restauração total”²⁸ havia sido alcançada, sob as bênçãos e iniciativas de D. Pedro de Almeida, igualmente louvado nas duas memórias.

Após todas essas investidas e o suposto enfraquecimento daquela comunidade da Serra da Barriga, uma tentativa efetiva de trégua e paz é posta à mesa em meados de 1678. Os termos dessa paz foram acertados já na gestão de Aires de Souza e Castro: se ofertada por Ganga Zumba, como quer um papel entregue pelos negros dos Palmares²⁹ ou a própria “Relação das guerras”, ou ainda, por iniciativa do governador, como relata em uma carta dirigida ao príncipe regente,³⁰ fato é que o

24. “Condições preliminares à entrada do capitão Fernão Carrilho aos Palmares”, Edison Carneiro, *O quilombo dos Palmares* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958) 236–239.

25. Maria Lêda Oliveira afirma que o autor da *Memória* conhecia o texto da *Relação*, em: Maria Lêda Oliveira, “A primeira *Relação* do último assalto a Palmares”, *Afro-Ásia* 33 (2005): 251–324; Pedro Paulino da Fonseca, “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em Junho de 1678”, *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 39.1 (1876): 293–322.

26. “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 221.

27. “Relação das guerras feitas aos Palmares” 225.

28. “Relação das guerras feitas aos Palmares” 232. A propósito do termo “restauração”, referência direta à restauração de Pernambuco do domínio holandês, ver Sílvia Hunold Lara, “Com fê, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 106.

29. “Carta de Aires de Sousa de Castro ao príncipe regente sobre o pedido de paz feito pelos levantados dos Palmares e a proposta que lhes enviou”, Recife, 22 de junho de 1678. AHU, Lisboa, CU, 15, Cx. 11, D. 1116.

30. “Carta do governador da capitania de Pernambuco, Aires de Sousa de Castro, ao príncipe regente, sobre os negros dos Palmares que resolveram prestar obediência à Coroa e receberam terras de sesmarias”, Recife, 08 de agosto de 1679. AHU, Lisboa, CU, 015, Cx. 12, D. 1144.

conflito se encaminhava para um fim inédito, com o acordo entre duas autoridades que *a priori* não se reconheciam mutuamente. Não obstante a efetiva mudança de alguns membros da família do líder quilombola para Cucaú, de acordo com o trato, querelas internas³¹ levaram a solo o intento dos palmaristas de se “avassalarem e viverem debaixo da proteção real”.³²

A “feliz restauração” não prosperara. Malgrado o acordo e com uma nova liderança, o tabuleiro dos conflitos volta a ter movimento. Nos idos de 1686, a capitania já não conseguia mais arcar com a dispendiosa missão de destruir Palmares e solicita o socorro do Tesouro Real.³³ Pouco mais de cinco anos depois, uma nova peça é adicionada ao cenário e passa a ser figura frequente nas missivas: Domingos Jorge Velho e o bando paulista, negociando os termos e benesses que viriam a ter se lograssem sucesso. Avançando rapidamente para 1694, localiza-se uma correspondência sobre a “gloriosa restauração de Palmares”,³⁴ sob os auspícios de Caetano de Melo e Castro, novo governador daquele sítio, e a “bravura dos paulistas”.

O último suspiro do mocambo mereceu ser contado e recontado por diversas personagens, algumas, acredita-se, circunstantes dos enfrentamentos, como o autor de uma “Relação verdadeira”,³⁵ escrita no crepúsculo do século XVII. Tal retentiva dá a conhecer uma verdadeira saga pela vitória, com momentos de apreensão, de emboscadas, de fito, de suspense. Em uma espécie de confronto final, no clímax do relato, parecia imensa a capacidade de resistir ao cerco, “junto ao outeiro do Barriga, aonde se achava o negro Zumbi, cabeça de todos os do Palmar fortificado com todos os negros e famílias dentro da dita cerca”.³⁶ Após uma dura investida, toda a força do bando “não foi bastante esse estrago para se renderem os que ficaram, antes mais pertinazes mataram outro tapuia³⁷ do paulista”, e confessa o narrador

31. Décio Freitas, *Palmares. A Guerra dos Escravos* (Porto Alegre: Movimento 1971) 128; Ivan Alves Filho, *Memorial dos Palmares* (Rio de Janeiro: Xenon, 1988).

32. “Carta de Aires de Sousa de Castro”.

33. “Carta de João da Cunha Souto Maior, ao rei, sobre a guerra que mandou fazer aos negros dos Palmares através de Fernão Carrilho, a falta de condições financeiras para continuá-la, e pedindo que os gastos sejam aplicados nos sobejos da Fazenda Real”, Recife, 02 de agosto de 1686. AHU, Lisboa, CU, 015, Cx. 14, D. 1383.

34. “Domingos Jorge Velho, mestre de campo do terço da Infantaria dos homens de São Paulo; administrador dos índios do cabelo corredio e general da Guerra dos Palmares por Sua Majestade que Deus guarde etc.”, *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*, org. Flávio dos Santos Gomes (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010) 340.

35. Ver introdução da transcrição da “Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar, governando estas capitâncias de Pernambuco o senhor governador e capitão-geral Caetano de Melo de Castro, no ano de 1694, da feliz vitória que contra o dito inimigo se alcançou”. Oliveira 270-324.

36. Oliveira 301.

37. Refere-se, em geral, aos índios que não falavam tupi-guarani. Domingos Jorge Velho, em carta de 15 de julho de 1694, ao rei de Portugal, identifica o tapuia como “gentio bárbaro e comedor da carne humana”. “Carta a el-rei do outeiro do Barriga”, Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares (Subsídios para a sua história)*, vol. 1 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938) 204-207.

que “não fora possível poder vencê-los, se não fora um próprio negro cabo dos seus chamado Gandu”. O que se viu ao adentrar os Palmares é digno de nota integral. O incógnito autor registra:

Finda esta ocasião, entraram todas as tropas para dentro da cerca, da qual se acharam 232 casas de moradia, todas feitas com admirável perfeição e ordem, divididas umas das outras, que inda que se lhe desse fogo não poderia as chamas penetrar na outra, todas em roda pela dita cerca. Não ficando parte onde não estivesse por junto dela feito e coberto abrigozinho para as sentinelas. Havia mais 40 casas de tendas de ferreiros, aonde em todo o dia estavam fazendo palanquetas de ferro e zagaia para as flechas, sendo nisto tão cuidadosos na vigilância cada qual do seu posto que mais parecia militares que bárbaros.

[...] Dentro desta mata se mataram e aprisionaram quantidade de negros, sendo estes os que o capitão-maior Bernardo Vieira fez recolher outra vez à dita cerca.³⁸

De posse de alguns prisioneiros e certos de, depois de quase uma centúria, terem alcançado o triunfo, “se recolheram satisfeitos do aplauso com que ao encontrar no Recife foram recebidos e do serviço que fizeram a El-rei e a sua pátria por desenfestarem dela aqueles inimigos, que a tantos anos inquietavam a todas aquelas capitânicas, sendo as do Sul as que padeciam o maior jugo”.³⁹

Entre outras notícias sobre a história do Brasil, Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) proferiu uma palavra *a posteriori* dos eventos sobre o desfecho da questão de Palmares. Após anos de tentativas, agora “iam afrouxando os negros, faltos já das armas que lançavam e dos mantimentos que consumiam, não podendo recorrer aos campos”, tamanha a eficiência do cerco. O português conta que os palmaristas “se mantinham na esperança de que nosso exército não podia permanecer muito tempo no assédio”, mas enganavam-se: “o sucesso que não premeditaram lhes mostrou o contrário do que presumiram”.⁴⁰ E este “fim tão útil como glorioso teve a guerra que fizemos contra os negros dos Palmares”,⁴¹ talvez o ensejo por mais tempo replicado⁴² sobre esses longos anos de disputas. Também o frei Antônio de Santa Maria do Jaboatão (1695-1779), adiante, em 1761, expõe em breve nota que os frades Menores, dos quais pertencia, haviam assistido de perto a empresa contra os fugitivos que, em 1695, “foram vencidos com grande resistência, mortos, e presos, e arrasada aquela tão forte como abominável colônia”.⁴³

38. Oliveira 320.

39. Oliveira 270-324.

40. Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa* (Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1976) 241.

41. Pita 242.

42. Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, *Três vezes Zumbi. A construção de um herói brasileiro* (São Paulo: Três Estrelas, 2012) 52.

43. Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo orbe serafico brasílico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brasil*, vol. 2 (Rio de Janeiro: Typ. brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1858) 114.

No ocaso do Dezesete e nas primeiras décadas do Dezoito, para além desses relatórios e crônicas, as cartas trocadas entre a administração local e a governança do ultramar trataram mais dos litígios sobre concessão de terras, de títulos e pagamentos aos paulistas que da situação em que ficou Palmares ou o destino dos que de lá foram subtraídos. É o que se vê, por exemplo, em um despacho do Conselho Ultramarino, em 30 de abril de 1714, acerca de parte dos quintos devidos aos oficiais que obraram para a derrota de Palmares;⁴⁴ ou em uma carta remetida pelos oficiais da Câmara da vila de Alagoas em 10 de dezembro de 1730, em que, entre outras matérias, questionava-se sobre a redução da guarnição dos Palmares;⁴⁵ ou ainda, em certidões como as expedidas por Luís Mendes da Silva, alferes da Infantaria do Terço dos Palmares, certificando, em 2 de novembro de 1739,⁴⁶ as ações do cabo da Esquadra, Jerônimo Martins dos Santos,⁴⁷ e, depois, em 10 de junho de 1752, declarando seus bons serviços naquela empresa;⁴⁸ para citarmos apenas alguns deles.

Em todos esses documentos, fica patente que a empreita para dissolução de Palmares era diferente da ação contra outros quilombos; quer dizer, o que se travava, naquele espaço, era uma verdadeira *guerra*. É esse um dos vocábulos mais recorrentes nas notícias sobre as incursões na Serra da Barriga, além de termos como “conquista”, “destruição”, “extinção”, “castigo”, “negros levantados”, “negros desaforados” e, como já eram qualificados os negros fujões, “traidores”. O perdão, indulto e abrigo aos “negros e mulatos, suas mulheres, filhos e descendentes”, esboçado no primeiro acordo de paz, foi desaconselhado em alvará de 10 de março de 1682, por serem “indiciados de traidores”. Por isso a afirmação de “a destruição e extinção dos negros dos Palmares não podem vir em dúvida que é

44. “Despacho do Conselho Ultramarino sobre os quintos que ficaram devendo aos oficiais que serviram durante a derrota dos negros dos Palmares”, Lisboa, 30 de abril de 1714. AHU, Lisboa, CU, 15, Cx. 26, D. 2394.

45. “Carta dos oficiais da Câmara da vila de Alagoas ao rei sobre o estado miserável do povo devido ao pouco consumo e valia dos frutos da terra, aos novos impostos, ao preço dos escravos, à redução da guarnição dos Palmares ou Terço de São Paulo, e aos interesses económicos dos comissários vindos da corte”, Alagoas, 10 de dezembro de 1730. AHU, Lisboa, CU, 04, Cx. 1, D. 65.

46. “Certidão do alferes da Infantaria do Terço dos Palmares, Luís Mendes da Silva, certificando as ações do cabo da Esquadra, Jerônimo Martins dos Santos, que sob seu comando, fez as vezes de sargento, nas marchas que realizou nos Palmares contra os negros levantados, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire”, Arraial de São Caetano, 2 de novembro de 1739. AHU, Lisboa, CU, 015, Cx. 55, D. 4751.

47. Ainda sobre sua ação em Palmares e outras requisições de patente em razão dos bons serviços prestados por ele contra os aquilombados, ver: “Certidão dos oficiais da Câmara de Serinhaém atestando os serviços do cabo de Esquadra, Jerônimo Martins dos Santos”, Serinhaém, 20 de julho de 1736. AHU, Lisboa, CU, 015, Cx. 50, D. 4398; “Certidão do alferes da Infantaria”.

48. “Certidão do capitão de Infantaria do Terço Pago da Guarnição dos Palmares, Luís Mendes da Silva, declarando os bons serviços do alferes Jerônimo Martins dos Santos na campanha contra os negros aquilombados”, São Caetano de Jacuípe, 10 de junho de 1752. AHU, Lisboa, CU, 015, Cx. 73, D. 6115.

não só utilíssima, mas necessária”,⁴⁹ categoricamente registrada por um alguém de rubrica inelegível, em carta de 25 de junho de 1687 ao Rei.

4. Do que deveria ser lembrado

É preciso considerar, portanto, que as informações presentes nesse emaranhado de correspondências tratam de modo especial de questões militares, econômicas e políticas do embate contra os palmaristas. Nelas, e em outras crônicas ou relações, o que mais varia é a figura administrativa destacada: o então governador-geral dom Rodrigo da Costa; o governador das paragens de Pernambuco Caetano de Melo e Castro; Bernardo Vieira de Melo, que se tornaria governador da Paraíba em 1695; ou, na versão que mais se repetirá, o bandeirante Domingos Jorge Velho. A história de Palmares, ou a história narrada sobre Palmares, antes de ser a narrativa da trajetória de um quilombo, deve ser entendida como o relato da organização administrativa da colônia, de como os governadores reagiram militar e diplomaticamente⁵⁰ ao grande ajuntamento, das estratégias conhecidas e intentadas para a solução do conflito, das tensões inerentes ao governo dos escravos.

Curioso à primeira vista, o fato de os habitantes de Palmares terem um líder — primeiro Ganga Zumba,⁵¹ depois Zumbi — é sublinhado e de algum modo enaltecido: não era por falta de conhecimentos ou esforços que os portugueses não haviam posto fim àquela comunidade, mas, também, por sua capacidade de defesa e organização. A existência de um líder forte — no caso do primeiro, capaz de dialogar com as autoridades e firmar acordos; no do segundo, aquele que foi retratado como herói por séculos —, corroborava com a fixação de um quilombo tão longevo. Aliás, o desfecho atribuído a Zumbi na “Relação verdadeira”, na *História da América Portuguesa* e nos *Desagravos do Brasil*,⁵² um suicídio, ecoado em alto e bom tom na historiografia⁵³ e “corrigido” posteriormente, com a descoberta de outros documentos, não é de modo algum fortuito: o triunfo não era alcançado em um confronto qualquer, mas em uma batalha encabeçada por um herói; o ato do vencido, na verdade, glorificava e dignificava ainda mais a vitória.⁵⁴

A organização do mocambo, a dinâmica social do grupamento, a religião — ou religiões? — por eles professada e outras tantas nuanças que inevitavelmente despertam a curiosidade dos leitores de agora passam, com poucas e localizadas exceções,

49. Ennes 160–163.

50. Como sublinha Silva H. Lara, as negociações com Ganga Zumba, por exemplo, são uma faceta pouco abordada pela historiografia. Lara, “Com fé, lei e rei” 90–118.

51. Um pouco mais de detalhes sobre ele consta em Rodrigues 83–84; Edison Carneiro, *O quilombo dos Palmares* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958) 77–80; Benjamin Péret, *La commune des Palmares. “Que fut le quilombo des Palmares?”* (Paris: Editions Syllepse, 1992) 51–53.

52. Pita; Domingos do Loreto Couto, *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco* (Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981).

53. Principalmente no já citado Ennes, asseverando ser Palmares uma “Troia negra”.

54. Oliveira 270–324.

como visto em João Blaer ou Gaspar Barléu, à margem dos interesses daqueles que viam a insurgência marcadamente como um grave problema. Como já exposto, esses assuntos eram indignos de nota aos que tinham como fim único a destruição daquele ajuntamento. O que se vê, entre um pedido de auxílio financeiro, armas e cargos, são informações sobre a presença de brancos e indígenas no mocambo, que lá havia diversas vilas — a maior, o Macaco⁵⁵ —, que santos católicos eram encontrados, que suas casas se dispunham em círculo, que tinham igrejas, que tinham um líder forte, que sabiam guerrear, que praticavam agricultura, que produziam artefatos diversos.

Aos que rompiam o acordo estabelecido com fugas, o castigo, ou o “pau”, ordenado pelo líder quilombola. Vale lembrar que os testemunhos sobre o ajuntamento revelam que entre os palmaristas também havia escravos; em geral, os que fugiam e buscavam refúgio no quilombo eram livres, mas os resgatados ou capturados permaneciam no jugo do cativoiro.⁵⁶ Entre os “panos”, cobriam-se com a rústica chita ou outros materiais vegetais, como não era estranho aos cativos avistados nas fazendas. Seu “pão” não diferia substantivamente das rações disponibilizadas às senzalas ou aos escravos domésticos, com o consumo majoritário de mandioca, em forma de farinha. Se é verdade que saíram do velho Palmares em razão das moléstias, parecem partilhar alguns referentes da medicina convencional entre seus senhores, ligada ao ambiente. Malgrado, pois, em fuga de fazendas e casas, o cotidiano de Palmares replicava diversos elementos encontrados para além das paliçadas de proteção.

5. Visitas historiográficas

A contabilidade das fugas é engrossada no decorrer do século XVIII,⁵⁷ consoante, como se tentou demonstrar, ao aumento das correspondências e emissão de portarias e alvarás sobre a procura e extermínio de mocambos, os conhecidos locais constituídos por agrupamentos de fugitivos para tentar nova sorte. Vale ressaltar que esse tipo de ajuntamento ocorreu em todos os espaços escravistas, sob designações distintas: *palenques* ou *cumbes* na América espanhola, *maroons* na inglesa, *grand marronage* na porção francesa das Américas e, do lado de cá, em termos africanos, chamaram-lhes de *kilombo* — em banto, sinônimo de fortaleza — e *mukambu*, que em quimbundo pode ser definido como esconderijo ou fortificação.⁵⁸ De todas

55. Para mais, ver verbete “Macaco” em Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004) 251.

56. “Qualquer escravo que leva de outro lugar um negro cativo fica alforriado; mas consideram-se emancipados todos quantos espontaneamente querem ser recebidos na sociedade”. Barléu 253.

57. Patricia Aufderheide, “A Order and Violence: Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780–1840” (Tese de Doutorado em História, University of Minnesota, 1976) 39–40.

58. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, “Introdução: Uma história da liberdade”, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (São Paulo: Companhia das Letras, 1996) 10; John T. Schneider, *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese* (Hamburg: Buske, 1991) 11.

as porções escravistas americanas, porém, já se afirmou ter sido o Brasil o abrigo das comunidades mais duradouras, difusas e numerosas desse tipo.⁵⁹ A assertiva não espanta, se considerarmos ter sido o Brasil, igualmente, o responsável por receber o maior número de negreiros do continente.⁶⁰

Valendo-se, pois, desse volumoso número de notícias, diversos historiadores empunharam suas penas — e, mais recentemente, seus teclados eletrônicos — na tentativa de alinhar uma coerente narrativa sobre aquele ajuntamento. Num histórico breve, é possível destacar os esforços dos Institutos Históricos do século XIX em editar documentos manuscritos, mas ainda com sutil interesse pela matéria. Apesar de o citado Ernesto Ennes referir-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como um dos maiores acervos documentais sobre o tema, dali apenas um texto (1841), o do diplomata Rodrigo de Souza da Silva Pontes, teria ido à prensa.⁶¹ No pós-emancipação e por anos subsequentes, um declínio no interesse desses Institutos e uma substancial retomada do quilombo e seus líderes por associações operárias, por partidos de esquerda e pela chamada *imprensa negra* como temas de inclinação política são evidenciados.

Palmilhando o caminho de Nina Rodrigues, diversas obras *culturalistas* envolvendo esse objeto — com destaque a Arthur Ramos, Edison Carneiro, Clóvis Moura e, posteriormente, Roger Bastide — são dadas à prensa, já nos anos 1960 —, quer dizer, obras fundamentadas na ideia de que a reunião de aquilombados era, ao fim, um “esforço contra-aculturativo”, ou uma “resistência à aculturação europeia a que estavam submetidos nas senzalas”.⁶² Carneiro, aliás, é quem produz o estudo de maior amplitude e exclusivamente focado nos percalços de Palmares após Rodrigues. Na esteira desses estudos, outros que concluíam ser Palmares uma restauração do modo de vida africano, original, onde imperava uma suposta igualdade entre os, então, livres, vem a público, como o do africanista R. K. Kent, sucedidos de um breve hiato de produções específicas, ficando o assunto legado a capítulos de livros sobre a escravidão.

Décio Freitas, já na década de 1970, publica sua *República de Palmares*, obra com grande fôlego de levantamento arquivístico sobre o quilombo — com recurso a documentos do já tratado Conselho Ultramarino —, e com subsequentes edições e revisões até 2004. Ao lado de Alípio Goulart, Luís Luna e do já indicado Clóvis Moura, sua abordagem caminha para uma história da resistência, uma historiografia de bases marxistas inclinada a ver nos quilombos uma negação do regime escravista e a busca por uma sociedade de livres. Palmares é, para eles, modelo e símbolo constantemente evocado; por um lado, denotava a inexistência de uma “consciência de classe” plena para implodir o sistema escravocrata. De outro lado,

59. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010) 210.

60. Para mais, consultar <http://slavevoyages.org>.

61. Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho, *Palmares, ontem e hoje* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005) 29.

62. Reis e Gomes 11.

vale lembrar, tomava forma, na onda revisionista, uma abordagem que privilegiava mais a questão da “coisificação” dos cativos que a resistência a um sistema, no seio da chamada *Escola Paulista* — nomeadamente com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Essa temática não fora olvidada no “boom” de obras e apresentações no centenário da abolição da escravatura e ns décadas que o sucederam. O escravo era aí destacado enquanto personagem ativo, como agente nos jogos estabelecidos com seus senhores e, especialmente, em sua constituição familiar, no cometimento de crimes, nas rebeliões.⁶³ Dos mais destacados estudos, lembramos aqui as obras de Robert Slenes, Leila Mezan Algranti, Stuart Schwartz, Sílvia H. Lara, João José Reis e, em especial, Flávio dos Santos Gomes, um dos que mais se dedicaram às pesquisas sobre os aquilombados. As perspectivas desses historiadores, grosso modo, lançam luz sobre a ação dos escravizados nos âmbitos culturais e políticos da vida social. Dito de outro modo, consideram que processos em que o escravo era tomado de forma passiva, receptor das consequências de outrem — como os concernentes à obtenção da liberdade — eram muito mais dinâmicos, apercebidos e modificados pelos cativos. Nesse escopo, passam a repensar algumas perspectivas cristalizadas nas abordagens anteriores e perscrutam as experiências do escravo, com especial enfoque em suas as relações de sociabilidade e de edificação e disseminação de valores.

É relevante indicar que, nesses trabalhos, o processo de aquilombamento, como o caso de Palmares, não estaria à margem da sociedade escravista; a revolta e a fuga não seriam as únicas maneiras de o escravo ser considerado sujeito na história. Os quilombos não estariam isolados — e muitos são os indicativos sobre relações de comércio e trocas com essas comunidades —, e a escravidão passa a comportar mundos plurais e variados, em que os próprios cativos imputavam sentidos e limites às mais variadas experiências. Em poucas palavras, a própria ideia de liberdade teria sido delineada pela experiência do cativo, uma experiência que estava permeada, por certo, pela violência física, mas que continha pactos e regras estabelecidas, também, pelos escravizados. Uma linha de abordagem, portanto, que coloca em xeque modelos nos quais a exploração senhorial violenta tinha como resposta o protesto — ou as fugas.

É verdade que a história do quilombo e suas lideranças, marcadamente militantes, foram muitas vezes apresentadas pelos historiadores como uma verdadeira saga pela liberdade, com uma importância evidente e incontestável, que teria, através da organização dos fatos, a virtude de ratificar seu caráter de centro da luta contra o próprio regime escravista.⁶⁴ Essas histórias recontadas,⁶⁵ com figuras heroicas e

63. Nas décadas de 1970–1980, inspirados por outras questões, os estudos com enfoque sobre a agência escrava também efervesciam nos Estados Unidos. Destoando dessa verdadeira onda de revisão teórico-metodológica, Eugene Genovese, com seu livro de grande fôlego *Roll, Jordan, Roll. The World the Slaves Made* (1974), recebeu duras críticas de seus pares à esquerda, por estar pouco atento à raça, aos impulsos do capitalismo e à rebelião escrava.

64. Lara, “Com fé, lei e rei” 101.

65. Poucos são os estudos que procuraram historicizar figuras relacionadas ao quilombo, como

desfechos moralizantes, fizeram de Palmares o ajuntamento de cativos mais conhecido de nosso passado colonial — dificilmente se evocaria outro nome, e não somente no senso comum, quando o assunto são os quilombos. No entanto, é válido sublinhar que isso não quer dizer necessariamente que a produção bibliográfica específica sobre ele seja muito extensa ou muito mais volumosa que os estudos brevemente indicados neste artigo.

6. Palmares como caso e como exemplo

Evocado especialmente pela historiografia como um grande referencial para esse tipo de formação, talvez por seu tamanho e longevidade, o quilombo dos Palmares não constitui o padrão dessas aglomerações de escravos fugidos⁶⁶ que, em sua maioria, resguardadas aqui as tantas diferenças de período e local de existência dos quilombos, poderiam ser descritas como a junção de poucos indivíduos. Vários, e muitos, não passavam de acampamentos de poucos escravos, que sobreviviam à carestia de alimentos e recursos através de roubos e furtos contra os transeuntes, comuns nas cartas e notícias sobre fugas já observadas nessas linhas. Nas Minas Gerais, por exemplo, encontramos relatos sobre roubos e ditos excessos praticados por escravos em fuga em 1730, 1736, 1753 e 1754.⁶⁷

Na verdade, os registros sobre as fugas de escravos serão muitos nos quatro cantos da América então portuguesa, inclusive com relatos sobre a deserção de cativos para os domínios vizinhos, espanhóis: em 1769, desde a Vila Bela de Mato Grosso, Martinho de Melo e Castro (1716-1795), secretário da Marinha e Ultramar, é informado pelo governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797) sobre a chegada de 51 escravos que andavam fugidos nos domínios castelhanos; no ano seguinte torna a escrever sobre a fuga diária de muitos escravos para os adjacentes domínios castelhanos e a resolução dos espanhóis de não os

Zumbi, demonstrando de que forma sua imagem fora retomada e delineada de maneiras diferentes ao longo do tempo. Destacamos o já mencionado trabalho de França e Ferreira, *Três vezes Zumbi*.

66. Para estudos sobre outras aglomerações de cativos, ver, por exemplo: Flávio dos Santos Gomes, *A hidra e os pántanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)* (São Paulo: Editora UNESP / Polis, 2005).

67. “Carta de Eugênio Freire de Andrada, superintendente das Casas de Fundição e Moeda, dando conta dos ordenados que, segundo seu parecer, deviam receber os oficiais das referidas casas”, Vila Rica, 16 de Setembro de 1724. AHU, Lisboa, CU, Brasil/MG, Cx. 5, Doc. 101; “Requerimento de Antônio Freire Chaves, solicitando a confirmação da carta patente do posto de capitão-mor de Vila Rica”, Vila Rica, 24 de Abril de 1723. AHU, Lisboa, CU, Brasil/MG, Cx. 4, Doc. 13; “Requerimento de João da Costa Torres, capitão de uma Companhia de Ordenança do distrito de Guarapiranga, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto”, [s.l.], 12 de Janeiro de 1723. AHU, Lisboa, CU, Brasil/MG, Cx. 4, Doc. 2; “Carta de Antônio Berquó Del Rio, provedor da Fazenda e ouvidor-geral de Ouro Preto, informando a remessa do mapa das avaliações dos oficiais de todas as Comarcas, conforme ordem régia”, [s.l.], 6 de Outubro de 1722. AHU, Lisboa, CU, Brasil/MG, Cx. 3, Doc. 40.

restituírem; um ano depois, outro, tratando do problema dos escravos que fogem para as terras castelhanas.

Documentos com esse teor são encontrados no Mato Grosso pelo menos até 1799. Nas regiões limítrofes do Rio Negro, em 1784, oficiava-se novamente Melo e Castro sobre dois práticos negros da partida espanhola, a partir da reclamação de um sargento-mor, como sendo um escravo fugido dos domínios portugueses. Isso para citar apenas alguns poucos exemplos das fronteiras. A abundância de missivas e papéis oficiais sobre a denúncia de escapes, restituição de cativos, solicitação de soltura de pretos capturados e de informações sobre um ou outro escravo específico, líderes de “agitações”, sustenta a assertiva de que as fugas, de fato, eram uma das maiores preocupações da metrópole, perdendo apenas para os assuntos relacionados ao comércio. Requerimentos e ofícios convergem para a solicitação — urgente — de intervenção da Coroa para coibir e solucionar o duplo problema por elas suscitado: prejuízo para os senhores, de um lado, e insegurança pela visita indesejada e inesperada dos fujões, por outro.

O exemplo de Palmares nos lembra que a formação de quilombos se caracterizava como uma questão de foro privado e público, dentro de uma lógica — escravocrata e patriarcal — mais afeita às soluções entremuros. Em relação às penas corporais, por exemplo, viu-se menos um Estado interventor, que tomava para si a incumbência de aplicação de castigos, e mais um fornecedor de balizas e limites para o trato, ou, em última instância, um recurso para casos extremos. No caso da captura de escravos fugidos e a (tentativa de) dissolução de aglomerados como Palmares, são encontrados, nessas que foram verdadeiras tropas, homens contratados, conduzidos por um capitão do mato experiente, e, muitas vezes, negros, mulatos e índios informantes. Como revelam diversas correspondências entre autoridades, de onde nem o Vice-rei se eximia, os custos dessas empreitadas poderiam ser partilhados entre proprietários e governo — tanto para busca quando da recuperação das “peças”.⁶⁸

Considerações finais

O rastro deixado pelos que seguiam em fuga para quilombos fora perseguido mais de perto pela administração, temerosa do lastro e das sementes de insurgência que poderiam florescer. E os mocambos da Serra da Barriga bem haviam espalhado, por quase um século, tais sementes. É o que se vê, por exemplo, na fala de João de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, em uma nota ao ouvidor do Rio das Velhas, então Bernardo Pereira de Gusmão, em que relata os prejuízos do que ele julgava não ser “uma severidade muito reta contra os negros”, sob o risco de a capitania ser palco de algo semelhante “que nos Palmares de Pernambuco, ou muito pior, pela diferente liberdade que os negros têm neste governo às demais partes da

68. A exemplo daquela encontrada nos fundos Mesa do Desembargo do Paço e Vice-Reinado do Arquivo Nacional.

América”.⁶⁹ Era então 1719, e esse mesmo juízo se repetiria com vigor naquele século, e com a firme advertência: tratar os negros como escravos, e não como o que Assumar denominava de “liberdade licenciosa”.

A legislação sobre o sistema escravista acabou por sofrer revisões para (tentar) garantir que um novo Palmares não surgisse.⁷⁰ Paulatinamente, as autoridades coloniais e metropolitanas vão alinhando interesses, experiências e demandas para a montagem de uma estrutura legislativa e militar que atendesse às necessidades de reprimir, urgentemente, a proliferação de comunidades de fugitivos e a própria fuga.⁷¹ Ao fim e ao cabo, Palmares, que, como se viu nessas rápidas e lacunares linhas, não se caracteriza como o padrão dos quilombos nos séculos XVII e XVIII, fez-se modelo a ser temido pela governança colonial, ecoou em volumes e tons diversos por mais de três séculos e, afinado a cada contexto que o retomou, deu impulso para a feitura de muitas histórias da história dos que eram “mãos e pés” dos senhores.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU)

Conselho Ultramarino

Arquivo Público Mineiro, Minas Gerais (APMSG)

Impressas

“Bando do governador Pedro de Almeida, anunciando que preparava tropas para uma entrada aos Palmares”. Carneiro, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

Barléu, Gaspar. *O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

“Carta a el-rei do outeiro do Barriga”. Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares. (Subsídios para a sua história)*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

69. “Correspondência do Conde de Assumar ao Dr. Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor do Rio das Velhas”, Vila Rica, 21 de novembro de 1719. APMSG, Minas Gerais, Vol. 11, ff. 170-171.

70. Ver a discussão sobre os efeitos do alvará de 1682 em Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. Ver em: José Andrés Gallego, coord., *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica* (Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000) 41-47.

71. Sílvia Hunold Lara, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (São Paulo: Companhia das Letras 1996) 81-109.

- “Condições preliminares à entrada do capitão Fernão Carrilho aos Palmares”. Carneiro, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- Couto, Domingos do Loreto. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981.
- “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares”. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Org. Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- “Domingos Jorge Velho, mestre de campo do terço da Infantaria dos homens de São Paulo; administrador dos índios do cabelo corredio e general da Guerra dos Palmares por Sua Majestade que Deus guarde etc.” *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Org. Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- Fonseca, Pedro Paulino da. “Correspondência de Diogo Botelho”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 73.1 (1910): 1-258.
- _____. “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em Junho de 1678”. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 39.1 (1876): 293-322.
- Jaboatão, Antônio de Santa Maria. *Novo orbe serafico brasílico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Typ. brasiliense de M. Gomes Ribeiro, 1858.
- “Parecer do Conselho Ultramarino sobre Palmares [1673]”. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Org. Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida”. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Org. Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

Bibliografia

- Alves Filho, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.
- Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.
- Aufderheide, Patricia. “A Order and Violence: Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780-1840”. Tese de Doutorado em História, University of Minnesota, 1976.
- Benci, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- Carneiro, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares. (Subsídios para a sua história)*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

- França, Jean Marcel Carvalho e Ricardo Alexandre Ferreira. *Três vezes Zumbi. A construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- Freitas, Décio. *Palmares. A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre: Movimento 1971.
- Funari, Pedro Paulo e Aline Vieira de Carvalho. *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- Gallego, José Adrés, coord. *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.
- Gomes, Flávio dos Santos. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico sul*. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. *A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP / Polis, 2005.
- Moura, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- Lara, Sílvia Hunold. “Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII”. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Org. Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- _____. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras 1996.
- Luna, Francisco Vidal e Herbert S. Klein. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- Mello, Evaldo Cabral de. *Nassau. Governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Mello, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretária de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.
- Nieuhof, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- Péret, Benjamin. *La commune des Palmares. “Que fut le quilombo des Palmares?”*. Paris, Editions Syllepse, 1992.
- Oliveira, Maria Lêda. “A primeira Relação do último assalto a Palmares”. *Afro-Ásia* 33 (2005): 251-324.
- Pita, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- Piso, Guilherme e George Macgrave. *Historia Naturalis Brasiliae*. Lugdun[um] Bataavorum et Amstelodami, apud Franciscum Hackium, apud Lud[ovicum] Elzevirium, 1648.
- Reis, João José e Flávio dos Santos Gomes. “Introdução: Uma história da liberdade”. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Orgs. João José

- Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras 1996.
- Rocha, Manoel Ribeiro. *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado, discurso teológico-jurídico: sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis / São Paulo: Vozes / CEHILA, 1992.
- Rodrigues, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- Rodrigues, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- Schneider, John T. *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese*. Hamburg: Buske, 1991.
- Vainfas, Ronaldo. “Deus contra Palmares: Representações senhoriais e idéias jesuíticas”. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Orgs. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras 1996.